

ABORDAGENS DE COOPERAÇÃO DO LESTE ASIÁTICO PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE: OS CASOS DE JAPÃO, CHINA E COREIA DO SUL¹

Carlos David Zavarce Velasquez²

1. Introdução

Apesar dos esforços recentes promovidos durante o século XXI por vários países, como Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela, entre outros, para apoiar a integração regional e fomentar a colaboração — especialmente por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular —, a América Latina e Caribe (ALC) permanece como uma região repleta de disparidades.

Historicamente, as economias da região estiveram atreladas à extração de matérias-primas, à agricultura, às práticas pecuárias e a outras atividades ligadas ao setor primário da economia. Essa situação criou uma forte dependência em relação aos países industrializados que, com base em Cardoso e Faletto (1971), pode ter levado à persistente desigualdade da região.

Além disso, a região tem sido vítima de instabilidade política, agitação social e até desastres naturais. Tal conjuntura tornou os países da ALC receptores históricos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (no inglês, Official Development Assistance – ODA), de doadores tradicionais, especialmente os Estados Unidos e países europeus, bem como de doadores emergentes, em anos recentes.

O século XXI tem sido marcado por diversos eventos globais que moldaram a cooperação para o desenvolvimento — incluindo os ataques de 11 de setembro, a crise financeira de 2007–2008 e a ascensão da China como

¹ O conteúdo deste artigo foi apresentado na Asia Pacific Conference 2023, em Ritsumeikan Asia Pacific University, Oita, Japão, em 3 de dezembro de 2023.

² Tohoku University, Sendai, Japão. E-mail: zavarce@tohoku.ac.jp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8008-175X>.

um ator global. Embora a ALC não seja o destino principal das iniciativas de cooperação para o desenvolvimento lideradas por países asiáticos, a crescente interconectividade desde 2015 — impulsionada por fatores econômicos, políticos e sociais, bem como pela adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável — fomentou laços mais estreitos, à medida que os países asiáticos buscam projetar e promover seus modelos de cooperação para o desenvolvimento no exterior.

Nesse contexto em evolução, este artigo visa analisar e comparar as abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas por Japão, China e Coreia do Sul em relação à região da ALC durante o período pós-2015. Para tanto, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são as semelhanças e diferenças nas abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas por Japão, China e Coreia do Sul em relação à América Latina e ao Caribe no período pós-2015?

O Japão é um doador tradicional estabelecido, que detém uma posição significativa no campo da cooperação para o desenvolvimento devido à sua longa tradição no fornecimento de ODA. Em 2022, a contribuição de ODA do Japão atingiu US\$ 20,103 bilhões, colocando-o atrás apenas dos EUA e da Alemanha (OECD, 2024). Embora a Ásia, seguida pela África, continue sendo o foco principal da cooperação japonesa, tem havido uma alocação consistente de ODA para a ALC, variando entre 5% e 10% de 2000 a 2022, conforme documentado pelos Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento publicados anualmente pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão (MoFA). Portanto, como destacaram Asplund e Soderberg (2017), a ajuda externa do Japão apresenta um estudo de caso convincente que oferece insights valiosos sobre as dinâmicas regionais e até globais ligadas à cooperação para o desenvolvimento.

A política do Japão para a região baseia-se nas diretrizes estabelecidas nas Cartas da ODA (2015 e 2023) e nos Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento emitidos pelo MoFA. Esses documentos revelam que o Japão visa contribuir para enfrentar as disparidades no desenvolvimento sustentável das nações da ALC, levando em conta a presença de comunidades Nikkei na região como um catalisador para nutrir relações de cooperação.

No caso da China, “ela se tornou o principal parceiro comercial dos países sul-americanos, deslocando os EUA e a União Europeia (UE)” (Serbin, 2024, 109). Além disso, Dollar (2017, 3) destacou que “os US\$ 106 bilhões que a China já investiu na ALC são significativos, e as iniciativas de cooperação certamente crescerão substancialmente nos próximos anos”.

Diferente dos doadores tradicionais, a China promove a cooperação para o desenvolvimento por meio da modalidade de Cooperação Sul-Sul

(CSS). Consequentemente, a ascensão da China nos campos econômico e político tem desafiado os modelos de cooperação promovidos por doadores tradicionais em todo o mundo, incluindo a região da ALC.

A Coreia do Sul teve uma história relativamente recente como país receptor. No entanto, desde 1996, tornou-se membro da OCDE e representa um dos casos mais bem-sucedidos de doador emergente em rápida sucessão.

A cooperação da Coreia do Sul com a ALC começou no início da década de 1990. A ODA da Coreia para a ALC aumentou de forma constante até 2018, quando atingiu o pico de US\$ 215 milhões (BID, 2022). Adicionalmente, a estratégia de cinco anos mais recente da Coreia (2021–2025) visa dobrar o orçamento de ODA e focar em diversas áreas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Portanto, em uma dinâmica regional na qual os países da ALC buscam novas parcerias além dos doadores tradicionais e evitam o confronto entre os EUA e a China, o modelo de cooperação sul-coreano é atraente para aqueles países que visam diversificar suas alianças.

Neste ponto, é necessário mencionar que a literatura acadêmica sobre as abordagens de cooperação do Leste Asiático em relação à ALC tem se concentrado principalmente em países individuais, como Japão, China ou Coreia do Sul, em vez de analisá-los sob uma perspectiva comparada. Além disso, os poucos estudos comparativos, como os de Levy e Rose (2019) ou Garcia (2020), geralmente selecionam os casos de Japão e China sob uma perspectiva geral, incluindo comércio e relações bilaterais, e muitas vezes deixam de lado o caso da Coreia do Sul.

2. Marco Analítico e Metodologia

Este estudo adota os marcos analíticos propostos por Lancaster (2007) e Kragelund (2019) para examinar a cooperação para o desenvolvimento em termos de instituições, ideias, interesses, organizações e vetores. Essas dimensões são utilizadas para caracterizar os modelos de cooperação implementados por Japão, China e Coreia do Sul em relação à ALC durante o período pós-2015.

As “instituições” são aquelas que estabelecem as regras da dinâmica política, por exemplo, regras eleitorais, sistemas presidenciais e o papel do legislativo. As “ideias” referem-se às visões de mundo e crenças principais compartilhadas por uma parte significativa do público e das elites políticas que caracterizam os processos de cooperação. Os “interesses” são os objetivos que o governo visa alcançar por meio das dinâmicas de cooperação. “Organizações” refere-se à localização, dentro do governo, das tarefas relacionadas a uma

função ou programa governamental importante. Embora Lancaster não tenha considerado as organizações internacionais em seu marco, devido à sua crescente importância e proliferação, o autor incluiu fóruns regionais e internacionais nos quais os países possuem filiação e promovem iniciativas de cooperação. Finalmente, os “vetores” são definidos como a forma de engajamento entre dois ou mais países envolvidos na cooperação para o desenvolvimento.

É essencial notar que essas dimensões estão entrelaçadas e podem variar ao longo do tempo. Consequentemente, a seleção deste marco analítico, em vez de analisar aspectos isolados, visa caracterizar de forma abrangente as abordagens de cooperação implementadas por Japão, China e Coreia do Sul em suas relações com a ALC.

Este estudo emprega uma abordagem de pesquisa qualitativa baseada na análise de fontes primárias e secundárias relevantes para as estratégias de cooperação para o desenvolvimento de Japão, China e Coreia do Sul em relação à ALC. As fontes primárias incluem livros, relatórios, estatísticas, pesquisas, publicações seriadas, leis nacionais, tratados internacionais e outros materiais emitidos por agências governamentais locais, estaduais e nacionais. Estas incluem instituições como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency, JICA), o Banco de Desenvolvimento da China e a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (China Development Bank, and the Korea International Cooperation Agency, KOICA), bem como organizações multilaterais relevantes. As fontes secundárias consistem na literatura acadêmica que examina as relações bilaterais e multilaterais entre os países selecionados e a ALC, com atenção especial às modalidades de cooperação para o desenvolvimento, orientações políticas e marcos institucionais.

3. Abordagem de Cooperação para o Desenvolvimento do Japão

Os engajamentos cooperativos do Japão na ALC têm suas raízes no início do século XX. Originalmente, começaram como projetos de ajuda para assistir imigrantes japoneses, primordialmente no Brasil, Paraguai e Peru. Esses envolvimento envolveram a oferta de apoio econômico para a construção de infraestrutura básica e promoção da agricultura, pecuária e pequenos negócios (BID, 2013).

Da mesma forma, em diferentes momentos ao longo do século XXI, o Japão foi o doador mais importante para Antígua e Barbuda, Costa Rica,

Dominica, Granada, Panamá, Santa Lúcia, São Vicente, México, Brasil e Peru. Nessa direção, Myers e Kuwayama (2016) argumentaram que os países da ALC são considerados aliados políticos importantes hoje em dia, à medida que o Japão promove ativamente sua governança global e abordagem de desenvolvimento.

3.1 Instituições

O sistema de cooperação para o desenvolvimento do Japão opera dentro do arcabouço de uma monarquia constitucional com um parlamento bicameral. Dentro dessa estrutura política, coexistem múltiplos partidos, sendo o mais proeminente o Partido Liberal Democrata (Liberal Democratic Party of Japan, LDP), que dominou a política japonesa — de forma independente ou em coalizão — durante quase todo o período desde 1955, com exceção de 2009 a 2012 (Lancaster, 2007).

Lancaster (2007) também demonstrou como, historicamente, o LDP moldou internamente as políticas de ODA, enquanto os partidos de oposição geralmente apoiaram a ajuda do Japão. Essa dinâmica gerou uma situação na qual o papel do Primeiro-Ministro era restrito, sem um envolvimento significativo na política de ODA. No entanto, ela apontou que, desde o início do século, os legisladores japoneses começaram a se interessar mais pela eficácia e pela prestação de contas (accountability) do sistema de cooperação do país devido a críticas internas e externas, a uma mudança geracional na composição da Dieta e a episódios de má gestão nos orçamentos de ajuda.

Além disso, durante a segunda administração de Shinzo Abe (2012-2019), a figura do Primeiro-Ministro teve um papel mais preponderante. Nessa direção, Kamiya (2020, 1) destacou que:

Shinzo Abe será lembrado como um primeiro-ministro de grande consequência, que avançou uma visão de ordem internacional que seria confortável tanto para o Japão quanto para o resto da comunidade internacional, e promoveu a cooperação internacional necessária para alcançar tal ordem.

Um exemplo do papel proeminente de Shinzo Abe na cooperação para o desenvolvimento foi a criação da Sede de Promoção dos ODS³ (SDGs

Promotion Headquarters); um órgão do gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro e composto por todos os ministros, em 20 de maio de 2016. Esta entidade visa garantir uma abordagem de “todo o governo” (*whole-of-government*) para implementar a Agenda 2030 de maneira abrangente e eficaz (MoFA Japan, 2020). Até dezembro de 2024, foram realizadas 15 reuniões, abordando diversos tópicos para promover e implementar os ODS de forma mais eficaz, tanto nacional quanto internacionalmente (Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão, 2024).

Embora Shinzo Abe não esteja mais no poder, o LDP continua sendo a força política mais significativa do Japão. Consequentemente, os Primeiros-Ministros subsequentes — Yoshihide Suga, Fumio Kishida e Shigeru Ishiba — mantiveram, cada um com orientações políticas distintas, uma continuidade política e estratégica na abordagem do Japão em relação à ALC.

3.2 Ideais

As ideias promovidas pelo Japão por meio de iniciativas de cooperação na região baseiam-se na estratégia “*Together*” (Juntos), lançada em 2014 pelo Primeiro-Ministro Abe. Essa estratégia fundamentou-se em três princípios orientadores:

1. Progredir juntos na conectividade das economias, fortalecendo um sistema econômico internacional livre e aberto.
2. Liderar juntos em direção à conectividade de valores apoiada em um multilateralismo baseado em regras.
3. Inspirar juntos na conectividade de sabedoria com o objetivo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (MoFA Japan, 2021)

Da mesma forma, a Carta da ODA de 2015 estabeleceu que:

O Japão fornecerá assistência para promover um ambiente mais propício ao desenvolvimento econômico por meio do comércio e investimento, entre outros, e para estender a cooperação necessária diante das disparidades internas que existem mesmo em países que alcançaram progressos consideráveis no desenvolvimento. Será dada consideração à presença de comunidades de ascendência japonesa (“*Nikkei*”) na região, que servem como

um forte vínculo entre o Japão e a região (MoFA Japan, 2015, 8).

Todos esses documentos (a estratégia *Together*, a Carta da ODA de 2015 e os Livros Brancos sobre Cooperação para o Desenvolvimento) sublinham as conexões históricas entre o Japão e a região baseadas em relações duradouras e amigáveis, atribuídas principalmente à substancial comunidade Nikkei, que ultrapassa 2 milhões de pessoas (Zavarce, 2022).

Dado que os principais aliados diplomáticos do Japão na ALC também são considerados países do Pacífico — incluindo México, Peru, Costa Rica e Chile —, o Japão advoga pelos princípios da Estratégia para um Indo-Pacífico Livre e Aberto (*Free and Open Indo-Pacific Strategy*), lançada pelo Primeiro-Ministro Abe em 2016. Essa estratégia baseia-se em três pilares centrais: 1) Promoção e estabelecimento do estado de direito internacional, liberdade de navegação e comércio; 2) Busca pela prosperidade econômica; e 3) Compromisso com a paz e a estabilidade (MoFA Japan, 2019).

É necessário mencionar que o Japão lançou uma nova Carta de Cooperação para o Desenvolvimento em 2023. Embora não faça referência à América Latina ou a qualquer outra região específica, o documento destaca os seguintes princípios para garantir a adequação da cooperação para o desenvolvimento:

1. Situação relativa à consolidação da democratização, ao estado de direito e à proteção dos direitos humanos fundamentais.
2. Evitar qualquer uso da cooperação para o desenvolvimento para fins militares ou para o agravamento de conflitos internacionais.
3. Situação relativa a gastos militares, desenvolvimento e produção de armas de destruição em massa e mísseis, exportação e importação de armas, etc.
4. Impacto do desenvolvimento no meio ambiente e na mudança climática.
5. Sustentabilidade da dívida.
6. Promoção de sociedades inclusivas, incluindo a integração da perspectiva de gênero (gender mainstreaming), e garantia de equidade.
7. Prevenção de fraude e corrupção.
8. Segurança e proteção do pessoal de cooperação para o desenvolvimento. (MoFA Japan, 2023).

Também é importante notar que, durante a visita do Primeiro-Ministro Kishida ao Brasil em maio de 2024, ele proferiu um discurso intitulado “Pavimentando um Caminho para a ‘Dignidade Humana’ com a América Latina e o Caribe” na Universidade de São Paulo, onde apresentou sua visão para nutrir a cooperação com a ALC baseada em quatro pilares:

1. Garantir a ordem internacional livre e aberta baseada no estado de direito.
2. Superar desafios comuns que a humanidade enfrenta, como o meio ambiente e a mudança climática.
3. Buscar a prosperidade que possa ser compartilhada por todas as pessoas no mundo e que não venha à custa alheia.
4. Laços entre as pessoas (*people-to-people ties*). (Prime Minister’s Office of Japan, 2024)

Além disso, como um doador tradicional e membro do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (OECD-DAC), o Japão adotou os princípios e ideias estabelecidos na Declaração de Paris de 2005, na Parceria de Busan de 2011 e na Parceria de Nairóbi de 2016 ao promover a cooperação com os países receptores.

3.3 Interesses

De acordo com a mais recente “Iniciativa Diplomática em Relação à ALC” (*Diplomatic Initiative Toward LAC*), o Japão buscará novas parcerias com a região baseadas em abordagens diplomáticas tradicionais (e.g., coordenação de políticas bilaterais, colaboração na arena internacional, cooperação para o desenvolvimento, relações econômicas e intercâmbios entre pessoas) em assuntos de importância crescente, tais como: 1) questões marítimas e igualdade de gênero; 2) comunidade Nikkei (MoFA Japan, 2024).

Contudo, ao abordar os interesses do Japão na região, é importante notar que, historicamente, o Japão não buscou um papel proeminente na ALC, uma vez que a região é considerada parte da esfera tradicional de influência dos EUA (Potter, 2015 e Garcia, 2020). Portanto, à medida que as relações bilaterais e multilaterais evoluíram, Miyachi (2017) argumentou que a abordagem do Japão para a região foi construída sobre quatro pilares: 1) coordenação com a diplomacia dos EUA; 2) maximização dos interesses econômicos; 3) estabelecimento de amizade com o maior número possível

de países para obter apoio na ONU; e 4) priorização de países e questões relacionadas aos imigrantes japoneses.

Tabela 1: Os 5 maiores desembolsos da ODA do Japão para a região ALC (2017-2021)⁴

(Unit: Millions of Dollars¹)

2017		2018		2019		2020		2021	
Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)	Country	Total (General Expenditure)
Costa Rica	55.74 (14.96%)	Brazil	67.73 (14.96%)	Brazil	61.78 (14.96%)	Brazil	157.36 (24.42%)	Brazil	312.93 (43.98%)
Brazil	48.12 (12.91%)	Peru	58.89 (13.01%)	Paraguay	56.00 (13.56%)	Mexico	112.78 (17.50%)	Panama	75.55 (10.61%)
Peru	37.23 (9.99%)	Costa Rica	48.74 (10.77%)	Costa Rica	35.16 (8.51%)	El Salvador	62.76 (9.74%)	Paraguay	44.93 (6.31%)
Cuba	35.72 (9.59%)	Cuba	47.48 (10.49%)	Peru	32.50 (7.87%)	Paraguay	53.44 (8.29%)	El Salvador	38.71 (5.44%)
Paraguay	23.29 (6.25%)	Haiti	43.33 (9.57%)	Honduras	24.24 (5.87%)	Guatemala	42.00 (6.51%)	Guatemala	24.70 (3.47%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do MoFA do Japão (2018-2022)

A Tabela 1 reflete os valores alocados pelo Japão aos países da ALC durante o período de 2017-2021. Os padrões de distribuição delineados acima revelaram que o Japão coloca ênfase especial na cooperação com o Brasil, Peru, Costa Rica e Paraguai (células destacadas).

A relevância do Brasil, Peru e Paraguai reside em seus status como países de destino para os assentamentos mais significativos de nacionais japoneses e seus descendentes fora do Japão. O Brasil possui aproximadamente 2,7 milhões de residentes Nikkei, o Peru cerca de 200.000 e o Paraguai em torno de 10.000 (JICA, 2024).

O Brasil também é importante para os interesses econômicos do Japão, conforme evidenciado pelo fato de ocupar o segundo lugar no número de corporações japonesas na ALC, superado apenas pelo México (JETRO, 2019). O Paraguai é um dos principais produtores e exportadores de soja em todo o mundo, sendo o Japão um de seus destinos primários (Embajada del Japón en Paraguay, 2012). Além disso, o Peru destaca-se como uma das nações selecionadas na região com as quais o Japão possui um Acordo de Parceria Econômica (MoFA Japan, 2020). Esse acordo serve como um arcabouço para fomentar a cooperação econômica, a liberalização comercial e o fortalecimento dos laços bilaterais.

4 The total amount (100%) of ODA disbursement for the LAC region by year was as follows: 372.45 (2017), 452.46 (2018), 412.83 (2019), 644.28 (2020), and 711.41 (2021).

As relações entre o Japão e a Costa Rica diferem dos outros casos. O Japão vê esta nação centro-americana como um país de pensamento afim (like-minded country), que compartilha princípios comuns como a paz, a democracia e os direitos humanos. Outra característica essencial desta relação é a preservação ambiental. Por causa disso, o Japão compartilha proativamente conhecimentos e experiências baseados em suas melhores práticas para o desenvolvimento sustentável na Costa Rica. Além disso, a Costa Rica é uma aliada estratégica para promover a cooperação triangular do Japão na região (Embajada del Japón en Costa Rica, 2021).

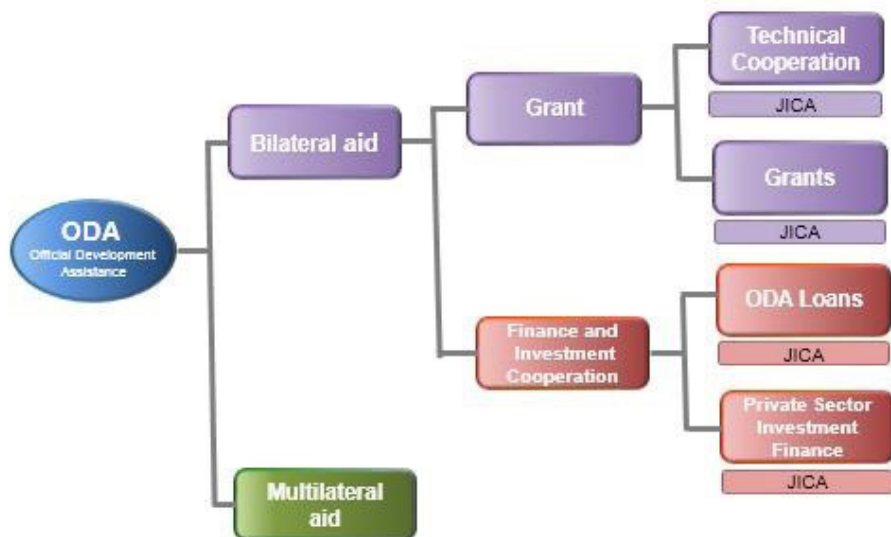
Ademais, em meio à crescente presença da China na região, Myers (2024) afirmou que o Japão e os EUA “expressaram interesse em modernizar e expandir sua parceria em uma era de competição estratégica entre os EUA e a China”, acrescentando que “muitas plataformas bilaterais e multilaterais oferecem oportunidades tanto para fortalecer laços quanto para melhorar a coordenação ao apoiar parceiros no chamado Sul Global”, incluindo a ALC.

A dinâmica explicada acima expõe que, embora a coordenação do Japão com os EUA seja importante, sua abordagem busca múltiplos objetivos na ALC, levando em conta novos mercados, comunidades japonesas no exterior e outros interesses diplomáticos.

3.4 Organizações e Vetores/Esquemas

O sistema de desenvolvimento japonês passou por uma reestruturação significativa em 2008, quando a maioria dos canais de ODA foi consolidada na nova JICA. Desde então, a JICA gerencia empréstimos concessionais em ienes, ajuda não reembolsável (*grant aid*) e cooperação técnica. A JICA também tem promovido a cooperação triangular, que envolve a colaboração entre o Japão e um antigo receptor de ajuda para assistir um receptor atual.

Figura 1: ODA do Japão



Fonte: Agência de Cooperação Internacional do Japão (2024)

Da mesma forma, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MoFA) do Japão gere uma linha orçamental exclusiva de ajuda bilateral dedicada à segurança humana, denominada programa de Subsídios para Projetos Comunitários de Segurança Humana (Grassroots Human Security Grant). Através desta iniciativa, o governo japonês fornece recursos financeiros a ONGs e unidades administrativas locais por meio das embaixadas japonesas. Além disso, o Banco do Japão para a Cooperação Internacional participa no desenvolvimento de políticas de cooperação, fornecendo empréstimos que não se enquadram como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Katada, 2020).

Outra iniciativa importante é o programa de Voluntários Japoneses para a Cooperação Ultramarina (Japan Overseas Cooperation Volunteers, JOCV). Com base em dados oficiais, 10.081 JOCVs, 2.206 voluntários seniores e 2.089 voluntários jovens e seniores para comunidades Nikkei decidiram participar em projetos na América Latina e Caribe (ALC) (JICA, 2020).

Para além da ODA, nos últimos anos, o Japão também tem promovido a utilização de outros fluxos oficiais (other official flows, OOF), que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE (2022) define como transações do setor oficial que não cumprem os critérios da ODA. Nesse sentido, a Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (2023) estabelece que os OOF são geridos por organizações como o Banco do Japão

para a Cooperação Internacional, a Nippon Export and Investment Insurance, a Japan Overseas Infrastructure Investment Corporation for Transport & Urban Development, a Fund Corporation for the Overseas Development of Japan's ICT and Postal Services, e a Organização Japonesa para a Segurança de Metais e Energia.

Durante a pandemia de COVID-19, o Japão utilizou múltiplos esquemas para fornecer cooperação econômica aos países da ALC. Por exemplo, o UNICEF (2022) informou que, em 2022, como parte dos esforços para acelerar a taxa de vacinação na região, o governo japonês alocou US\$ 10 milhões para fortalecer os sistemas de cadeia de frio e desenvolver capacidades locais para a gestão de vacinas no Belize, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador e Honduras. Este montante complementou uma doação de US\$ 11,11 milhões em 2021 a outros seis países da região, para o reforço das capacidades de vacinação contra a COVID-19.

3.5 Organizações Regionais/Internacionais

Historicamente, o Japão tem priorizado as relações diplomáticas com os países da ALC através de canais bilaterais. No entanto, ao estabelecer parcerias com organizações regionais ou internacionais, o Japão tem preferido atuar através das agências do sistema das Nações Unidas. Por exemplo, entre 2002 e 2023, o Japão, através do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Segurança Humana, patrocinou 298 projetos, dos quais 13,2% estão distribuídos na ALC (UNTFHS, 2023). Da mesma forma, desde 2006, o Japão é um Estado-membro da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Além disso, o Japão tem colaborado por vezes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contando com este como uma plataforma multilateral central para consolidar o compromisso financeiro e implementar múltiplos programas de desenvolvimento na ALC (Garcia, 2020).

4. A Abordagem da China para a Cooperação Sul-Sul

Tradicionalmente, a China era vista como um país receptor, recebendo ajuda do Japão e de outros doadores estabelecidos. No entanto, a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo em 2010 e transformou-se no fornecedor de cooperação mais ativo fora da OCDE,

competindo com atores tradicionais no sistema de desenvolvimento e desafiando as suas abordagens em todo o mundo.

4.1 Instituições

O modelo de cooperação da China é sustentado por uma estrutura institucional híbrida — nem puramente presidencial nem parlamentar — na qual, de acordo com a Constituição de 2018, o Congresso Nacional do Povo nomeia o Presidente. No entanto, é necessário salientar que, apesar das diferentes transformações pelas quais a China passou nos últimos anos devido ao seu incrível crescimento econômico, uma característica permanece constante: o monopólio político do Partido Comunista Chinês (PCCh), o partido governante da China desde 1949 (Brown, 2016a).

Além disso, Brown (2016b) mostrou como, desde 2012, quando Xi Jinping se tornou Secretário-Geral do PCCh, tem havido uma crescente concentração de poder em torno da sua figura. Um exemplo fundamental desta tendência é a emenda de 2018 à Constituição da China, que removeu a restrição que limitava o Presidente e o Vice-Presidente a dois mandatos consecutivos, abrindo caminho para a sua consolidação política.

As políticas de cooperação da China não estão isentas deste controlo; Yu (2024, 3) argumentou que “sob o Presidente Xi, a formulação da política externa de Pequim evoluiu de uma abordagem mais pluralista — com vários ministérios e agências a moldarem parcialmente a decisão final — para uma forma de tomada de decisão centralizada pelo Presidente Xi e pelos seus assessores diretos dentro do politburo”. No entanto, ela também enfatizou que, apesar da centralização da política externa sob Xi Jinping, os líderes chineses ainda procuram a perícia da comunidade estratégica alargada do país, incluindo académicos, especialistas em políticas e antigos funcionários.

Esta evolução na formulação da política externa ilustra como a consolidação política de Xi se estende além dos assuntos internos e atinge os compromissos externos da China, uma dinâmica comumente observada nos países do Sul Global, particularmente dentro do grupo BRICS, onde o poder executivo desempenha frequentemente um papel dominante na moldagem da política externa.

4.2. Ideias

A política externa da China baseia-se nos Cinco Princípios da

Coexistência Pacífica: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Além disso, visando diferenciar-se dos doadores tradicionais e dos membros da OCDE, a abordagem de cooperação da China enquadra-se na modalidade de relações e cooperação Sul-Sul (Kragelund, 2019). Por causa disto, a China dificilmente elabora a sua narrativa com expressões como “ajuda”, “doador” ou “receptor”. Portanto, “a retórica dominante do lado chinês é que este se envolve com os destinatários da sua ajuda e outros recursos como um parceiro, em vez de estar envolvido numa relação doador-receptor” (Stallings, 2016, 73).

A política de cooperação da China com a região está estabelecida no seu Documento de Política para a ALC. Este afirma que:

Baseada na igualdade e no benefício mútuo, a parceria abrangente e cooperativa entre a China e a ALC é orientada para o desenvolvimento comum. A China está empenhada em construir um novo relacionamento com a ALC com cinco características marcantes, a saber: sinceridade e confiança mútua no campo político, cooperação de ganho mútuo na frente econômica, aprendizagem mútua na cultura, coordenação estreita nos assuntos internacionais, bem como o reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo e as suas relações bilaterais com países individuais na região (The State Council of the People's Republic of China, 2016).

Além disso, o documento reconheceu uma série de áreas para estabelecer projetos de cooperação regional liderados pela China. Estas são: política, econômica, social, cultural, interpessoal (people-to-people), colaboração internacional, paz, segurança e assuntos judiciais.

Em 2021, a China lançou um Livro Branco intitulado “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China na Nova Era”, que traçou os Princípios da China para a Cooperação para o Desenvolvimento: Respeito mútuo como iguais; Fazer o melhor que podemos para ajudar; Focar no desenvolvimento e na melhoria da vida das pessoas; Fornecer os meios para o desenvolvimento independente; Realizar uma cooperação eficaz sob diversas formas; Garantir a entrega e a sustentabilidade; Ser aberto e inclusivo para promover intercâmbios e aprendizagem mútua; e Avançar com o tempo e abrir novos caminhos (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2021).

Estes princípios atualizaram os Oito Princípios para a Ajuda Econômica e Assistência Técnica a Outros Países, adotados em 1964, e refletem a intenção da China de adaptar o seu modelo de cooperação a um sistema de cooperação internacional mais dinâmico.

4.3. Interesses

O interesse crescente da China está estreitamente ligado à garantia do acesso a matérias-primas críticas e produtos agrícolas, incluindo, entre outros, petróleo, minerais e soja. Simultaneamente, o PCCh trabalha ativamente para cultivar apoio político ao seu compromisso com a Política de Uma Só China, um movimento destinado a isolar diplomaticamente Taiwan e aumentar a influência chinesa. A China também está a fomentar o seu soft power, projetando o seu modelo de desenvolvimento baseado em infraestruturas e industrialização, e tentando enfraquecer os modelos de desenvolvimento apoiados pelas Instituições Financeiras Internacionais tradicionais, como o Banco Mundial e o BID. Além destes objetivos geopolíticos, a China também aspira gerar novas oportunidades e mercados, proporcionando condições vantajosas para a promoção de produtos chineses. Esta abordagem multifacetada sublinha a estratégia abrangente da China para reforçar a sua presença e influência tanto na frente econômica como na política dentro da ALC (Zavarce, 2022).

Para alcançar os interesses mais amplos da China na região, o Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (2021) destacou a importância da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiatives, BRI) para a sua política externa, afirmando que, através desta plataforma, a China visa aumentar a coordenação de políticas com os seus parceiros internacionais, fortalecer a conectividade de infraestruturas para ligar a China ao mundo por via aérea, terrestre e marítima, promover o comércio, a integração financeira profunda e fomentar laços interpessoais mais estreitos.

Ao estabelecer parcerias com nações da ALC, a China deu prioridade a governos de orientação de esquerda e centro-esquerda com identidades políticas mais próximas, os quais também têm sido acusados, principalmente pelos países ocidentais, de má governação e falta de Estado de Direito, por exemplo, Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela (Alvaro & Minaya, 2015). Ainda assim, a China também promoveu a cooperação, em menor grau, com governos mais conservadores e pró-EUA, como a Colômbia durante as administrações Santos e Duque ou a Guiana durante as administrações Granger e Ali.

Consequentemente, as entidades financeiras chinesas tornaram-se fontes alternativas de recursos econômicos para países como Argentina, Equador e Venezuela, que, devido às suas grandes dívidas externas e modelos políticos radicais, têm sido incapazes de aceder a recursos de instituições financeiras tradicionais como o FMI, o Banco Mundial e o BID.

4.4 Organizações e Vetores/Esquemas

Em contraste com outras regiões, o investimento chinês na ALC cresceu nos últimos anos. Os países da ALC começaram a aderir à BRI em 2017, abrindo novas oportunidades para o comércio, investimento e cooperação entre a China e a América Latina em diversas áreas (Baker McKenzie, 2020).

Uma vez que a China não é membro da OCDE e não tem de reportar periodicamente a uma entidade intergovernamental, existe uma escassez de dados públicos e informações sobre os seus projetos de cooperação. Além disso, a abordagem da China combina recursos tradicionalmente categorizados como ODA com OOF. Esta situação torna difícil avaliar a cooperação da China de forma realista (Gallagher & Irvin, 2015).

No entanto, a China tem vindo a aumentar a disponibilidade de dados estatísticos relativos às iniciativas de cooperação. O Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (2021, 11) mostrou como, de 2013 a 2018, a China alocou um total de RMB 270,2 bilhões para assistência externa: Subvenções (fundo perdido) de RMB 127,8 bilhões, Empréstimos sem juros de RMB 11,3 bilhões e Empréstimos concessionais de RMB 131,1 bilhões, especificando as áreas e os países parceiros envolvidos.

Além disso, outras estimativas calcularam que a China desembolsou investimentos e contratos na região da seguinte forma:

Tabela 2: Os 5 maiores desembolsos da China na ALC⁵

Country	Amount (%) ⁷
Venezuela	\$59.2 B (49.15%)
Brazil	\$ 32.4 B (26.90%)
Ecuador	\$ 11.8 B (9.79%)
Argentina	\$ 7.7 B (6.39%)
Bolivia	\$ 3.2 B (2.65%)

Fonte: Ray & Myers (2024)

Estes fluxos financeiros, conforme ilustrado na Figura 2, possuem três componentes principais: subvenções e empréstimos sem juros, geridos pelo Ministério do Comércio (Ministry of Commerce — MOFCOM); empréstimos concessionais, administrados pelo Eximbank; e outras fontes de cooperação financeira patrocinadas pelo Banco de Desenvolvimento da China (Gallagher & Irvin, 2015; Stallings, 2016).

Figura 2: Tipos de ajuda da China

MOFCOM Grants	MOFCOM Interest Free Loans	Eximbank's concessional loans	Chinese Development Bank Financial Cooperation
Support small-scale social infrastructure Human Resources development Technical Cooperation Emergency humanitarian aid	Construction of public facilities	Economic infrastructure	Electric power Road construction Railway Petroleum and petrochemical Coal Postal and telecommunications Agriculture and related industries Public infrastructure

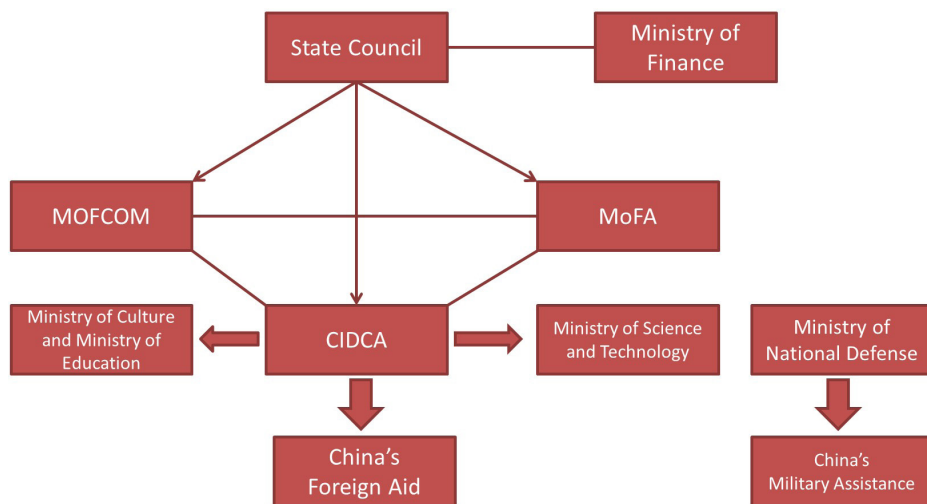
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Para além do MOFCOM, do Eximbank e do Banco de Desenvolvimento da China, a arquitetura interna da China inclui várias outras organizações,

⁵ The total amount (100%) of development finance disbursed for the LAC region in 2023 was \$ 120.4 B..

conforme refletido na Figura 3:

Figura 3: Sistema de ajuda da China



Fonte: Azis and Basen (2023)

No entanto, apesar da sua complexa arquitetura organizacional, após um período de expansão, tem havido um foco crescente na estabilização de uma agência de cooperação dedicada nos últimos anos: a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China (China's International Development Cooperation Agency — CIDCA), criada em 2018.

Durante a pandemia de COVID-19, a China reforçou a importância da Rota da Seda Digital, trazendo novas oportunidades através da chamada Rota da Seda da Saúde. Nesse sentido, muitas nações da ALC receberam equipamentos sanitários e médicos da China. Da mesma forma, os países da ALC utilizaram as soluções digitais chinesas para enfrentar a pandemia.

Além disso, de 2019 a 2021, a China doou quase US\$ 215 milhões em suprimentos para a região, variando de luvas cirúrgicas a tecnologias avançadas de imagem térmica, e ofereceu US\$ 1 bilhão em empréstimos para a compra de vacinas (Wilson Center, 2021). De igual modo, segundo Stuenkel (2021), até meados de maio de 2020, a China havia exportado mais de 250 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 globalmente, ou 42% da sua produção total, sendo a região da ALC a destinatária de mais de metade das

exportações totais da China, cerca de 165 milhões de doses.

4.5 Organizações Regionais/Internacionais

Ao longo da última década, a China tem cultivado ativamente as suas relações com a região, principalmente através da plataforma CELAC. O fórum CELAC-China foi estabelecido em 17 de julho de 2014, ao final da 6ª Cúpula dos BRICS em Brasília. Como observado por Garcia (2020), a China escolheu deliberadamente esta via como o seu modo preferencial de engajamento com a região, na qual os EUA, os países europeus ou o Japão não participam.

O compromisso da China com a CELAC foi fortalecido na primeira reunião ministerial do Fórum China-CELAC, realizada em Pequim, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2015. Na ocasião, Xi Jinping estabeleceu a meta de US\$ 500 bilhões em comércio inter-regional e US\$ 250 bilhões de IED até 2019. Esta estratégia foi apoiada por uma estrutura “1+3+6”, que pretendia gerar crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável através de “três motores” (comércio, investimento e cooperação) em “seis” áreas: energia e recursos, infraestruturas, agricultura, manufatura, inovação tecnológica e tecnologias de informação (Dussel, 2021).

A China renovou o seu compromisso com a região em abril de 2025, na Quarta Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, celebrada em Pequim. Durante a cerimônia de abertura, Xi Jinping lançou cinco programas (Solidariedade, Desenvolvimento, Civilização, Paz e Pessoas para Pessoas) que promovem o desenvolvimento partilhado e a revitalização, contribuindo para uma comunidade China-ALC com um futuro partilhado. Entre os benefícios destes programas estão novas oportunidades de cooperação econômica, bem como 3.500 bolsas de estudo governamentais, 10.000 oportunidades de formação na China, 500 bolsas para Professores Internacionais de Língua Chinesa, 300 oportunidades de formação para profissionais de redução da pobreza e 1.000 vagas financiadas através do programa “Chinese Bridge” (China-CELAC Forum, 2025).

Outra organização relevante para a cooperação da China é o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (Asian Infrastructure Investment Bank, AIIB), fundado pela China, no qual atualmente Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai são membros plenos não regionais.

5. Abordagem de Cooperação da Coreia do Sul

Até há pouco tempo, a Coreia do Sul ainda era considerada um país receptor, recebendo ODA dos EUA, Japão e outros grandes doadores. No entanto, entre as décadas de 1980 e 2000, o país viveu um rápido crescimento econômico, tornando-se um país desenvolvido, aderindo à OCDE em 1996 e, desde 2010, sendo membro do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (OECD-DAC). Devido a esta situação, a cooperação para o desenvolvimento com diferentes regiões do mundo, incluindo a ALC, representa um tópico importante na política externa da Coreia do Sul.

5.1. Instituições

A abordagem de cooperação da Coreia do Sul baseia-se num sistema presidencial estabelecido na sua constituição (1987). De acordo com o texto constitucional, “o Primeiro-Ministro será nomeado pelo Presidente com o consentimento da Assembleia Nacional”. Isto é importante, pois a Lei Quadro da Coreia sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (2014) designa o Primeiro-Ministro como a autoridade máxima para a cooperação coreana para o desenvolvimento.

O Primeiro-Ministro exerce a sua autoridade através do Comitê para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, um órgão de alto nível composto por 25 membros: 15 ministros, 3 chefes de agências e 7 especialistas da sociedade civil. Este Comitê é responsável por (1) formular a Política de ODA a Médio Prazo e os Planos Anuais de Implementação; (2) realizar avaliações; (3) coordenar políticas e planos de APD; e (4) abordar outros assuntos considerados importantes e recomendados pelo presidente do comitê (ODA Korea, 2023).

Consequentemente, embora a Coreia do Sul opere sob um sistema presidencialista, o seu quadro constitucional delega a responsabilidade de liderar o processo de formulação de políticas ligadas à cooperação ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

5.2. Ideias

A Coreia do Sul, como membro proativo do OECD-DAC, promove os princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005: apropriação, alinhamento, harmonização, gestão por resultados e responsabilidade mútua. Da mesma forma, a Coreia do Sul adotou os princípios acordados na Parceria de Busan de 2011 e reiterados em 2016 em Nairobi para tornar a cooperação para

o desenvolvimento eficaz: apropriação das prioridades de desenvolvimento pelos países em desenvolvimento, foco nos resultados, parcerias para o desenvolvimento, e transparência e responsabilidade compartilhada.

Em 2021, visando cumprir os compromissos internacionais e tornar a ajuda mais eficaz, a KOICA lançou a sua Estratégia Setorial de Médio Prazo para promover a cooperação para o desenvolvimento. Esta estratégia procura alinhar a cooperação da Coreia do Sul com a Agenda 2030. Assim, a KOICA promove políticas orientadas para:

O desenvolvimento inclusivo através da educação de qualidade; garantia de direitos à saúde para todos; sociedades pacíficas, justas e inclusivas; garantia de uma vida estável e próspera para as populações rurais; água como um direito natural; promoção do desenvolvimento sustentável através da produção e consumo de energia éticos; transporte sustentável para todos; criação de cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI); limitação do aumento da temperatura média global a 1,5 °C e um planeta seguro contra a crise climática; estabelecimento de uma sociedade igualitária sem discriminação baseada no género e garantia de dignidade para todos; e promoção dos direitos humanos para todos nos países parceiros através de uma cooperação para o desenvolvimento centrada nas pessoas (KOICA, 2021).

Além disso, ao abordar especificamente a cooperação com a ALC, as autoridades coreanas destacaram a confiança mútua como um princípio fundamental para as relações com a região (ECLAC, 2022). Este princípio foi enfatizado pelo ex-Primeiro-Ministro Han Duck-soo durante a sua visita à América Latina em 2022, bem como por diplomatas latino-americanos e em documentos oficiais de fóruns multilaterais envolvendo a Coreia do Sul e países da ALC.

5.3. Interesses

A Coreia do Sul considera a região da ALC um mercado importante em crescimento com múltiplos parceiros. Nesse sentido, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) informou que:

O comércio bilateral de mercadorias descolou, crescendo a uma taxa anual impressionante de 11,5% entre 1990 e 2021, mais do que o dobro da taxa de crescimento do comércio com o Japão. Em 2021, atingiu US\$ 57 bilhões — um recorde histórico. O boom comercial foi seguido por US\$ 26 bilhões em investimentos de empresas coreanas na região desde 2000 (IDB, 2022, 11).

Adicionalmente, desde que se tornou membro da OCDE, a Coreia do Sul tem priorizado a assistência ao desenvolvimento na sua agenda de política externa (Faure, 2016). Portanto, acordos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável permitem ao país cumprir o seu dever como membro do OECD-DAC e apresentar-se como uma ponte entre países em desenvolvimento e desenvolvidos com base na sua própria experiência.

Além disso, Lopez Aymes enfatizou que “acadêmicos coreanos e latino-americanos, bem como alguns funcionários governamentais, consideram normalmente que a Coreia e as suas empresas visam recursos naturais (mineração, produtos agrícolas e, nomeadamente, fontes de energia) e mão de obra barata para trabalhos de montagem” (2012, 1). Consequentemente, a Coreia do Sul, que importa 95% da sua energia, vê na ALC uma região com uma das maiores reservas de energia do mundo, o que pode garantir o fornecimento de recursos energéticos virtualmente livres de riscos geopolíticos.

A Tabela 3 mostra os principais beneficiários da ALC da Coreia do Sul nos últimos anos:

Tabela 3: Principais receptores da KOICA (2017-2021) (Unidade: mil US\$)⁶

2017		2018		2019		2020		2021	
Country	Total	Country	Total	Country	Total	Country	Total	Country	Total
(13) 1. Bolivia	10.653 (17%)	(13) 1. Paraguay	12.750 (16%)	(16) 1. Bolivia	12.602 (16%)	(9) 1. Paraguay	13.817 (21%)	(8) 1. Paraguay	16.098 (23%)
(16) 2. Peru	9.515 (15%)	(15) 2. Bolivia	12.166 (15%)	(18) 2. Paraguay	12.465 (16%)	(18) 2. Colombia	9.027 (14%)	(17) 2. Colombia	10.932 (15%)
		(16) 3. Peru	11.522 (14%)	(20) 3. Peru	9.719 (12%)			(19) 3. Bolivia	9.958 (14%)

Fonte: KOICA (2018-2022)

Nesta dinâmica, a Bolívia e o Paraguai estiveram entre os primeiros

⁶ The total amount (100%) of ODA disbursement for the LAC region by year was as follows: \$62.632 (2017), \$81.405 (2018), \$79.726 (2019), \$ 66.358 (2020), \$70.884 (2021)..

países a receber a migração coreana. Kim and Lee salientaram que “desde que os primeiros imigrantes oficiais chegaram ao Brasil em 1963, milhares de coreanos se estabeleceram em plantações agrícolas no Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia até o início dos anos 1980” (2016, 79).

Da mesma forma, ambos os países possuem vastas quantidades de recursos naturais; o Paraguai é rico em energia hidroelétrica, madeira, minério de ferro, manganês e calcário; e a Bolívia em lítio, estanho, gás natural, petróleo, zinco, tungstênio, antimônio, prata, ferro, chumbo, ouro, madeira e energia hidroelétrica (CIA, 2023). Além disso, ambas as nações estão ligadas ao Mercosul como Estados-partes.

Nos casos da Colômbia e do Peru, estes países estão entre as poucas nações com Acordos de Livre Comércio com a Coreia do Sul. O Peru é também membro da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Asia-Pacific Economic Cooperation — APEC). Estas parcerias funcionam como catalisadores para promover a cooperação entre os seus participantes.

5.4 Organizações e Vetores/Esquemas

A estrutura organizacional da ODA da Coreia do Sul é conferida pela Framework Act on International Development Cooperation (2014), que estabeleceu no Artigo 9 que, seguindo as diretrizes emanadas do Committee for International Development Cooperation, liderado pelo Primeiro-Ministro, as principais organizações encarregadas de supervisionar as políticas de cooperação são o MoFA e o Ministério da Economia e Finanças.

Sob a supervisão do MoFA, a KOICA é a agência líder encarregada da ODA. Foi estabelecida em abril de 1991 como uma agência financiada pelo governo para aumentar a eficácia e a eficiência da ODA da Coreia, unificando os programas de ajuda segmentados implementados por diferentes ministérios (KOICA, 2024).

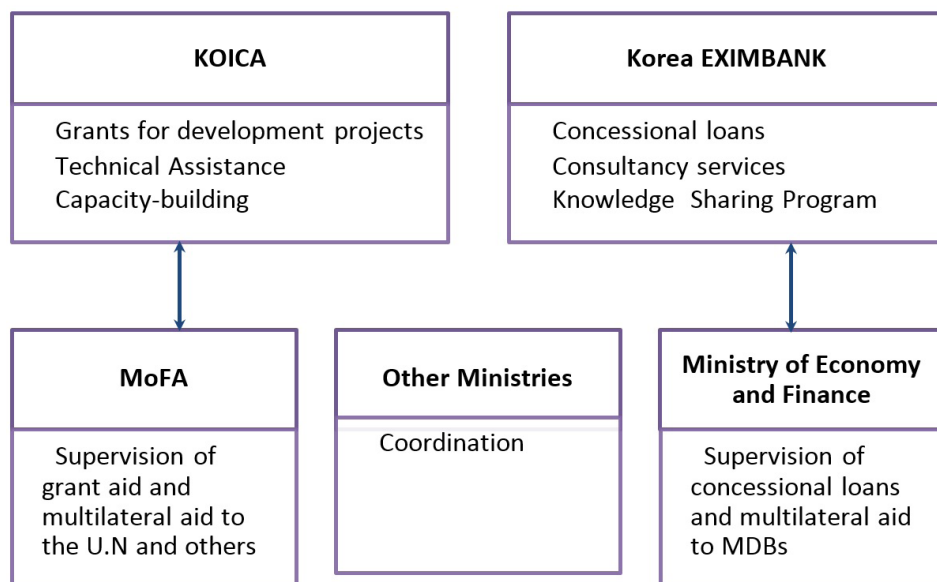
A KOICA liderou amplas iniciativas de cooperação, tais como projetos, grupos de voluntários ultramarinos, formação global, parcerias público-privadas, ajuda de emergência no estrangeiro e colaboração com organizações internacionais, focando-se em cuidados de saúde, educação, governação-paz, agricultura e pescas, tecnologia-ambiente-energia e questões transversais.

Outra agência importante dentro do sistema de cooperação da Coreia do Sul é o EXIMBANK, “established with aims to facilitate the development of Korea’s economy and enhance economic cooperation with foreign countries through the provision of financial supports for export and import transactions, overseas investments projects, and the development of overseas natural

resources” (Korea Eximbank, 2024).

Consequentemente, a figura 4 desenha as organizações e vetores da Coreia do Sul para a cooperação para o desenvolvimento:

Figura 4: Estrutura organizacional da ODA da Coreia do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

No meio da pandemia de COVID-19, em abril de 2020, a KOICA estabeleceu o programa ABC para fortalecer as capacidades dos países beneficiários por meio de assistência de emergência abrangente, apoio humanitário e coordenação com projetos existentes. De acordo com Quispe and Llatas (n.d.) e o relatório anual da KOICA de 2022, oito países da América Central e do Sul receberam 14 projetos com um orçamento total de USD 5.300.015, beneficiando 9.436.462 indivíduos. Paraguai, Colômbia, Bolívia e Peru foram os principais receptores.

5.5 Organizações Regionais/Internacionais

Além dos canais bilaterais, o envolvimento da Coreia do Sul com a região tem sido cultivado principalmente por meio de duas organizações regionais: o BID e a CEPAL.

A Coreia do Sul tornou-se um membro não mutuário do BID em 2005. Nesta direção, desde 2012, a Coreia financiou projetos de desenvolvimento na região por meio do BID por mais de US\$ 550,6 milhões em áreas como

inovação, redução da pobreza, desenvolvimento do setor privado e capacitação pública (IDB, 2022).

A Coreia do Sul também aderiu à CEPAL em 23 de julho de 2007. Desde então, vários acordos de cooperação foram assinados, principalmente para promover o comércio e o investimento, bem como partilhar e aplicar conhecimentos de desenvolvimento para atingir as metas estabelecidas na Agenda 2030, com base nas experiências anteriores de desenvolvimento da Coreia do Sul.

6. Comparando as Abordagens de Cooperação de Japão, China e Coreia do Sul para a América Latina e Caribe

Esta secção visa contrastar as abordagens empreendidas pelo Japão, China e Coreia do Sul durante o período pós-2015 para identificar as suas semelhanças e diferenças. Nesta direção, uma comparação baseada em instituições, ideias, interesses, organizações-vetores/esquemas e organizações regionais/internacionais é apresentada a seguir:

Em primeiro lugar, em relação às instituições, podemos ver que o modelo político do Japão baseia-se numa monarquia constitucional com um parlamento bicameral chamado Dieta, como Lancaster (2007) destacou no seu estudo sobre o país. Em contraste, a China, em teoria e conforme refletido na sua Constituição de 2018, implementou um sistema híbrido no qual o Congresso Nacional do Povo nomeia o Presidente. Enquanto isso, a Coreia do Sul segue um sistema presidencialista no qual o Presidente, como Chefe de Estado, escolhe um Primeiro-Ministro.

No entanto, para não negligenciar as dinâmicas políticas que moldam os três sistemas, é necessário considerar a natureza dos regimes políticos e as práticas estabelecidas em cada um. A este respeito, avaliações feitas por organizações independentes — como o Freedom in the World Report, o Democracy Index e o World Report, publicados anualmente pela Freedom House, pela Economist Intelligence Unit e pela Human Rights Watch, respetivamente — permitem uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas internas (instituições) nos países em estudo.

O Freedom Report (2025) caracterizou o Japão como uma democracia parlamentar multipartidária na qual os direitos políticos e as liberdades civis são geralmente bem respeitados. Da mesma forma, apesar da recente e controversa tentativa do ex-Presidente Yoon Suk Yeol de declarar lei marcial, o mesmo relatório classificou a Coreia do Sul como um sistema democrático com rotações regulares de poder e um pluralismo político robusto, com os

maiores partidos representando visões conservadoras e liberais. Ambos os países também são categorizados como democracias, o Japão como uma “democracia plena” e a Coreia do Sul como uma “democracia imperfeita” pelo Democracy Index (Economist Intelligence Unit, 2024) e reconhecidos por terem um histórico positivo de direitos humanos (Human Rights Watch, 2025).

Por outro lado, os mesmos relatórios consideraram a China como um “regime autoritário” no qual o PCCh governante continua a apertar o controle sobre todos os aspectos da vida e da governação, incluindo a burocracia estatal. Os relatórios também destacaram a concentração de poder no ramo executivo, especialmente na figura de Xi Jinping, e a constante violação dos direitos humanos pelo partido do governo.

Em relação às ideias promovidas através das iniciativas de cooperação apoiadas por estes países, primeiro, o Japão baseia a sua cooperação nos princípios estabelecidos nas Cartas de ODA (2015, 2023), tais como a partilha de conhecimentos e melhores práticas centradas na própria experiência de desenvolvimento do Japão, liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos fundamentais e pelo Estado de Direito. Da mesma forma, o Japão adotou os princípios promovidos pelos membros do OECD-DAC. Além disso, ao focar-se especificamente na região latino-americana, o Japão baseia a sua cooperação nos princípios estabelecidos na iniciativa “Together” e na Estratégia Free and Open Indo Pacific.

É fundamental salientar que as ideias promovidas pelo Japão através da sua cooperação para o desenvolvimento, como afirmado nas Cartas de ODA (2015 and 2023), estão entrelaçadas com o interesse nacional do Japão.

Semelhante ao Japão, até certo ponto, a Coreia do Sul, como membro do OECD-DAC, adota os princípios e ideias acordados dentro deste grupo. Portanto, ao promover a cooperação no estrangeiro, o governo sul-coreano apoia os princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005, na Parceria de Busan de 2011 e na Parceria de Nairóbi de 2016, tais como a apropriação pelo país, foco nos resultados, parcerias inclusivas, transparência e responsabilidade mútua.

Por outro lado, a China construiu a sua filosofia de cooperação na retórica dos países do Sul, baseada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que são o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica. As ideias específicas promovidas pelo governo chinês nesta região estão estabelecidas no Documento sobre a Política da China para com a América Latina e Caribe.

As ideias que os três países promovem através das suas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento estão intrinsecamente ligadas aos interesses que perseguem na ALC. Nesta direção, a ODA do Japão para a região é impulsionada principalmente por interesses econômicos e comerciais ligados à consolidação de novos mercados para as empresas japonesas e à proteção dos interesses das suas instituições financeiras. No entanto, o Japão também visa contribuir para a redução da pobreza na região, proteger as comunidades japonesas no estrangeiro e promover a democratização, mantendo as melhores relações possíveis com os EUA, o seu principal aliado internacional e, historicamente, o país mais influente nesta região.

No caso da China, o país tem promovido a cooperação para o desenvolvimento na região da ALC principalmente pela motivação de um Estado desenvolvimentista. Nesse sentido, a China tem procurado acesso a recursos naturais e criado novos mercados alternativos para os produtos e investimentos chineses. No entanto, em meio ao aumento das tensões globais, o país também promoveu a sua Política de Uma Só China e projetou soft power na região através da Iniciativa Cinturão e Rota — BRI.

Em relação à Coreia do Sul, esta fomentou o engajamento com a região visando garantir novos mercados para as suas empresas através do aumento do comércio e do investimento, cumprir o seu dever como membro do OECD-DAC agindo como uma ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e apoiando a implementação da Agenda 2030, e garantir o seu fornecimento de recursos naturais da ALC, uma região considerada virtualmente livre de riscos geopolíticos.

Com base nos interesses promovidos por estes três países, e sem negar os interesses políticos específicos e as diferenças nas suas abordagens, é possível dizer que as abordagens da Ásia Oriental priorizaram interesses econômicos e de desenvolvimento na ALC.

A nível nacional, desde 2008, com o lançamento da nova JICA, o Japão centrou a maior parte das suas iniciativas de ODA nesta organização (Katada, 2020). Da mesma forma, a Coreia do Sul estabeleceu a KOICA como uma agência para unificar os programas de ajuda fragmentados anteriormente implementados por vários ministérios. No entanto, é importante notar que, em ambos os países, outras instituições permanecem envolvidas na arquitetura mais ampla de cooperação para o desenvolvimento além desses órgãos centralizados.

Na China, três organizações principais estão envolvidas nas políticas de cooperação a nível ministerial: o MoFA, o Ministry of Finance e o Ministry of Commerce. Além disso, a CIDCA, o Eximbank e o Banco de Desenvolvimento da China, entre várias outras organizações, participam nas diferentes fases do

processo de formulação de políticas.

A nível internacional, o Japão e a Coreia do Sul promoveram historicamente iniciativas de cooperação na ALC através de canais bilaterais. No entanto, ao envolverem-se com organizações regionais, estes países preferem associar-se a instituições tradicionais como a ONU, as suas agências e o BID para estabelecer projetos de cooperação regional.

Pelo contrário, desde 2014, a China tem apostado no fórum China-CELAC como a principal organização regional para promover projetos de cooperação com a região. A China também tem utilizado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) para financiar vários desenvolvimentos na ALC.

Finalmente, sobre vetores/esquemas, o Japão tem cooperado com a ALC através dos esquemas primários de Cooperação Norte-Sul estabelecidos pela OECD, que incluem subvenções, empréstimos e cooperação técnica. O país também incluiu outras iniciativas de cooperação sob o conceito de OOF nos últimos anos. Esta cooperação resultou em múltiplos projetos abordando a redução do risco de desastres, questões ambientais, mudanças climáticas, desenvolvimento económico e de infraestruturas, saúde e cuidados médicos, educação e consolidação da paz. Da mesma forma, a Coreia do Sul implementou a cooperação através de subvenções, empréstimos, assistência técnica, serviços de consultoria, capacitação e programas de partilha de conhecimento.

Embora a China se considere uma praticante da CSS (Cooperação Sul-Sul), também promoveu a cooperação com a região da ALC através de subvenções, empréstimos sem juros, empréstimos concessionais e outras atividades de cooperação financeira, replicando, até certo ponto — e sem levar em conta as condições de pagamento e o campo de investimento —, a abordagem utilizada pelo Japão e pela Coreia do Sul.

7. Conclusão

Historicamente, o Japão tem sido um contribuidor proativo para a cooperação para o desenvolvimento. Embora a ALC não seja o destino principal da ODA do Japão, a região recebeu apoio consistente durante o período pós-2015. Em contraste, a China emergiu como um fornecedor em ascensão na região, desafiando o domínio de doadores tradicionais como os EUA, a UE e até o próprio Japão. Embora a Coreia do Sul seja um doador relativamente recente, é cada vez mais vista como um parceiro de desenvolvimento alternativo para os países da ALC, particularmente no contexto das crescentes

tensões geopolíticas entre a China e os EUA.

Ao comparar estes três casos, podemos observar tanto semelhanças como diferenças, conforme resumido na Tabela 4.

Tabela 4: Comparação das abordagens de cooperação para o desenvolvimento

Dimension	Country		
	Japan	China	South Korea
Institutions	- Constitutional monarchy with a parliamentary system (Democratic)	- Hybrid system (Authoritarian)	- Presidential system (Democratic)
Ideas	- OECD-DAC principles - ODA Charter - Juntos - Free and Open Indo-Pacific Strategy - Human Dignity	- Five Principles of Peaceful Co-Existence - Policy Paper on LAC - White Paper on Development Cooperation	- OECD-DAC principles - Mutual trust
Interests	- Seek new markets - Promote Sustainable Development - Protect its nationals - Reinforce U.S.-Japan Alliance	- Seek new markets - Obtain natural resources - Achieve support for the One-China Policy - Increase political influence - Infrastructure connectivity	- Seek new markets - Promote Sustainable Development - Obtain natural resources
Organizations	JICA + other organizations	Complex Ministerial Architecture	KOICA + other organizations
Vectors	- ODA - OOF (Financial Cooperation)	- South-South Cooperation - Foreign Aid - FDI (Financial Cooperation)	- ODA (Financial Cooperation)
Regional Organizations	- IDB - UN Agencies	- CELAC-China Forum - AIIB	- IDB - UN Agencies

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Para além das semelhanças e diferenças entre estes países, é importante destacar as vastas oportunidades de cooperação na ALC, uma região marcada por disparidades significativas e lacunas de desenvolvimento. Por exemplo, relatórios recentes da CEPAL (2022) e do BID (2023) indicam que, em linha com as tendências observadas em outras economias emergentes, os fluxos financeiros para a ALC diminuíram nos últimos trimestres. Esta tendência provavelmente continuará e poderá até aprofundar-se com a reorganização

em curso da USAID promovida pela administração Trump. Além disso, quase 18% da população vive com menos de US\$ 3,10 por dia, empurrando os níveis de pobreza para cima daqueles registrados há uma década. Adicionalmente, o crescimento econômico a longo prazo é atualmente estimado em cerca de 2%, uma taxa insuficiente para satisfazer os objetivos de desenvolvimento da maioria dos países da região.

No meio desta realidade, acordos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris fornecem um quadro para doadores tradicionais, fornecedores emergentes do Sul Global e outras partes interessadas evitarem a sobreposição de iniciativas e aumentarem a eficácia da cooperação para o desenvolvimento.

Referências

- Alvaro, Mercedes and Minaya, Ezequiel. 2015-01-08. "China boosts support for Latin leftists." Wall Street Journal. URL: [https://www.wsj.com/articles/venezuelas-maduro-announces-20-billion-in-new-bilateral-agreements-with-china-1420656259#:~:text=China%20has%20increased%20its%20diplomatic,University's%20Global%20Economic%20Governance%20Initiative.\(Visited:March23rd,2021\).](https://www.wsj.com/articles/venezuelas-maduro-announces-20-billion-in-new-bilateral-agreements-with-china-1420656259#:~:text=China%20has%20increased%20its%20diplomatic,University's%20Global%20Economic%20Governance%20Initiative.(Visited:March23rd,2021).)
- Asplund, Andre and Soderberg, Marie. 2017. Japanese Development Cooperation: The Making of an Aid Architecture Pivoting to Asia. Routledge.
- Ayhan, Kadir. 2017. Korea's Soft Power and Public Diplomacy. Hangang Network.
- Azis, Aswin and Basen, Jeffaya. 2023. "The Shifting Characteristics of Chinese Foreign Aid in COVID-19 Pandemic 2020–2021". European Journal of Law and Political Science. Vol2. Issue 1.
- Baker McKenzie. 2020. "CHINA'S BRI & LATIN AMERICA: A New Wave of Investments?". GRIE News and reports. 1-13.
- Brown, Kerry. "The Chinese Communist Party's evolution". In Tubilewicz, Czeslaw. 2016. Critical Issues in Contemporary China. Routledge.
- Brown, Kerry. 2016. CEO CHINA – The Rise of Xi Jinping. I.B.Tauris & Co. Ltd.
- Cardoso, Fernando and Faletto, Enzo. 1971. Dependency and development in Latin America. University of California Press.
- Central Intelligence Agency. 2023. The World Factbook. United States.
- China-CELAC Forum. 2025. President Xi Jinping Attended the Opening Ceremony of the Fourth Ministerial Meeting of the China-CELAC

- Forum and Delivered a Keynote Address. URL: http://www.chinacelacforum.org/eng/zyxw_1/202505/t20250515_11623304.htm (Visited: April 16th, 2025).
- Dollar, David. 2017. "China's Investment in Latin America". ORDER from CHAOS Foreign Policy in a Troubled World. Geoeconomics and Global Issues Paper 4. Foreign Policy at Brookings. 1-21.
- Dussel Peters, Enrique. 2021. Dossier: The China-Latin American and Caribbean Relations. Latin American Studies Association. 25-29.
- Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2022. Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean. Santiago.
- Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2022. "Prime Minister of Korea Urges for Forging a New Cooperation with Latin America, as a Forward-Looking Vision amid the Major Transformations Humanity is Living Through". URL: <https://www.cepal.org/en/pressreleases/prime-minister-korea-urges-forging-new-cooperation-latin-america-forward-looking>. (Visited: January, 8th, 2024).
- Economist Intelligence Unit. 2025. Democracy Index 2024.
- Ellis, Evans. 2022. "South Korea as a Partner for Democracy and Prosperity for the Western Hemisphere". Global Americans.
- Embajada del Japón en Costa Rica. 2021. Política de Asistencia de la Cooperación Japonesa para Costa Rica. Ministry of Foreign Affairs of Japan. URL: https://www.cr.emb-japan.go.jp/itpr_es/00_000070.html. (Visited: August 26th, 2021).
- Embajada del Japón en Paraguay. 2012. Lineamiento de Asistencia Japonesa al Paraguay. URL: <https://www.py.emb-japan.go.jp/relaciones-bilaterales-asistenciaeconomica.html> (Visited: May 16th, 2025).
- Faure, Anaïs. 2016. "South Korea's Role in East Asia-Latin America Cooperation". The Diplomat.
- Freedom House. 2025. Freedom in the World 2025. United States.
- Gallagher, Kevin and Irwin, Amos. 2015. "China's Economic Statecraft in Latin America: Evidence from China's Policy Banks". Public Affairs, 99-121.
- Garcia, Gabriel. 2020. "A review of China's and Japan's international engagement in South America: the cases of Brazil, Chile and Venezuela". Institute of Developing Economies, JETRO. Japan.
- Green Finance and Development Center. 2024. "Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)". URL: <https://greenfdc.org/countries-of-the>

- belt-and-road-initiative-bri/ (Visited: January 26th, 2024).
- Human Rights Watch. 2025. World Report 2025.
- Inter-American Development Bank. 2013. "Japan and Latin America and the Caribbean: Building a Sustainable Transpacific Relationship". Washington D.C.
- Inter-American Development Bank. 2022. Latin America and Korea: Partners for Sustainable Trade and Investment. Washington D.C.
- Inter-American Development Bank. 2023. Preparing the Macroeconomic Terrain for Renewed Growth. Washington D.C.
- Japan External Trade Organization. 2019. The 2018 Survey on Business Conditions of Japanese Companies in Latin America. Japan.
- Japan International Cooperation Agency. 2020. JICA Volunteer Program: Leading the world with trust. Japan.
- Japan International Cooperation Agency. 2024. Official Development Assistance (ODA) and ODA Loans. URL: https://www.jica.go.jp/english/activities/schemes/finance_co/overseas/index.html (Visited: January 11th, 2024).
- Japan International Cooperation Agency. 2024. Friendship with Passionate Latin America and the Caribbean. Japan.
- Katada, Saori. 2020. Japan's New Regional Reality: Geoeconomic Strategy in the Asia-Pacific. Columbia University Press.
- Kamiya, Mataka. 2020. "Abe's diplomatic achievements and tasks for Suga". AJISS-Commentary. The Association of Japanese Institutes of Strategic Studies. Japan.
- Kim, Chong-Sup and Lee. Eunsuk. 2016. "Growth and Migration to a Third Country: The Case of Korean Migrants in Latin America". Journal of International and Area Studies, Vol. 23, No. 2. 77-87.
- Korea Eximbank. 2024. Purpose of Establishment. URL: <https://www.koreaexim.go.kr/he/HPHEB1001M01>. (Visited: January 9th, 2024).
- Korea International Cooperation Agency. 2018. 2017 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.
- Korea International Cooperation Agency. 2019. 2018 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.
- Korea International Cooperation Agency. 2020. 2019 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.
- Korea International Cooperation Agency. 2021. KOICA's Mid-term Sectoral Strategy (2021-2025). South Korea.
- Korea International Cooperation Agency. 2021. 2020 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.

- Korea International Cooperation Agency. 2022. 2021 KOICA Annual Statistical Report. South Korea.
- Korea International Cooperation Agency. 2024. Korea's Development Cooperation Management Architecture. URL: https://www.koica.go.kr/koica_en/3391/subview.do (Visited: January 8th, 2024).
- Kragelund, Peter. 2019. South-South Development. Routledge.
- Lancaster, Carol. 2007. Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Policy. The University of Chicago Press. United States.
- Levy, Katja and Rose, Caroline. 2019. "Are China and Japan rivals in Latin America? A rivalry perception analysis". 32 (5). The Pacific Review, pp. 898-921. ISSN 0951-2748.
- Lopez Aymes, Juan. 2012. "Korea's Engagement in Latin America". El Colegio de Mexico.
- Malena, Jorge. 2021. "The Extension of the Digital Silk Road to Latin America: Advantages and Potential Risks". Council on Foreign Relations. Brazilian Center for International Relations.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2015. Japan's Official Development Assistance Charter. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2018. White Paper on Development Cooperation. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2019. White Paper on Development Cooperation. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2019. Toward Free and Open Indo-Pacific. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. White Paper on Development Cooperation. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. Free Trade Agreement (FTA) / Economic Partnership Agreement (EPA) and Related Initiatives. URL: <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/fta/index.html> (Visited: August 26th, 2021).
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2020. Japan's Efforts for Achieving the SDGs. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2021. White Paper on Development Cooperation. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2021. Japan's Initiative to Enhance Connectivity between Japan-LAC. URL: <https://www.mofa.go.jp/files/000484994.pdf> (Visited: August 26th, 2021).
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2022. White Paper on Development Cooperation. Japan.

- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2022. Development Cooperation of Japan. URL: <https://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/100161805.pdf> (Visited: March 10th, 2022).
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2023. Japan's Development Cooperation Charter. Japan.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2024. Diplomatic Initiative toward Latin America and the Caribbean. Japan.
- Miyachi, Takahiro. (2017). "Japan and the Asia-Latin American Connection in the Twenty First Century". Congreso de Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas, Montevideo, Uruguay.
- Myers, Margaret and Kuwayama, Mikio. 2016. "A New Phase in Japan Latin America and the Caribbean Relations". The Dialogue Leadership for the Americas. 1-16.
- Myers, Margaret. 2024. "Boosting Us-Japan Cooperation with Latin America in Critical and Frontier Sectors". Wilson Center.
- ODA Korea. 2023. Organization. URL: https://www.odakorea.go.kr/eng/cont/ContShow?cont_seq=33 (Visited: May 16th, 2025).
- Okabe, Yasunobu; Shiratori, Sakiko and Suda, Kazuya. 2019. "What Motivates Japan's International Volunteers? Categorizing Japan Overseas Cooperation Volunteers (JOCVs)". International Society for Third-Sector Research. Springer.
- Organization for Economic Cooperation and Development. 2022. "Other official flows (OFF)". URL: <https://data.oecd.org/drf/other-official-flows-oof.htm>. (Visited: June 1st, 2022).
- Organization for Economic Cooperation and Development. 2024. Official Development Assistance (ODA). URL: <https://data.oecd.org/oda/net-oda.htm#indicator-chart> (Visited: January 11th, 2024).
- Potter, David. 2015. "Changing Roles for Japan's Official Development Assistance in Latin America and the Caribbean. Nanzan University.
- Prime Minister's Office of Japan. 2024. Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio on Japan's Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean "Paving a Pathway to 'Human Dignity' with Latin America and the Caribbean". (Visited: May 7th, 2024).
- Prime Minister's Office of Japan. 2024. Sustainable Development Goals (SDGs) Promotion Headquarters. URL: <https://www.kantei.go.jp/jp/singi/sdgs/index.html> (Visited: May 16th, 2025).
- Quispe, Javier and Llatas, Lucia. (n.d). "Cooperation in times of pandemic: Challenges for the soft power of South Korea in Latin America". Korea Institute for International Economic Policy (KIEP).

- Ray, Rebecca and Margaret Myers. 2024. "Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database," Washington: Inter-American Dialogue.
- Republic of Korea. 1987. Constitution of the Republic of Korea.
- Republic of Korea. 2014. Framework Act on International Development Cooperation.
- Stallings, Barbara. 2016. "Chinese Foreign Aid to Latin America: Winning Friends and Influencing People?" In Margaret Myers and Carol Wise, eds. *The Political Economy of China-Latin American Relations in the New Millennium*. New York: Routledge.
- Stuenkel, Oliver. 2021. "Vaccine Diplomacy Boosts China's Standing in Latin America". *Foreign Policy*.
- Serbin, Andres. 2024. "The Resurgence of Euroasia and Latin America". In Fortin, C; Heine, J; and Ominami, C. 2024. *Latin American Foreign Policy in the New World Order: The Active Non-Alignment Option*. Anthem Press.
- The National People's Congress of the People's Republic of China. 2018. Constitution of the People's Republic of China. URL: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/constitution2019/201911/1f65146fb6104dd3a2793875d19b5b29.shtml> (Visited: November 28th, 2022).
- The State Council of the People's Republic of China. 2016. *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Beijing.
- The State Council Information Office of the People's Republic of China. 2021. *China's International Development Cooperation in the New Era*. China.
- United Nations Children's Fund. 2022. Japan donates an additional US\$10 million to UNICEF to support COVID-19 vaccination in Latin America and the Caribbean. URL: <https://www.unicef.org/belize/press-releases/japan-donates-additional-us10-million-unicef-support-covid-19-vaccination-latin> (Visited: July 28th, 2025).
- United Nations Trust Fund for Human Security. 2023. *The United Nations Trust Fund for Human Security: Today and Tomorrow*.
- Wilson Center. 2021. "Aid from China and the U.S. to Latin America Amid the COVID-19 Crisis." Wilson Center.
- Yu, Jie. 2024. "China 'under siege' How the US's hardening China policy is seen in Beijing". Chathan House.
- Zavarce Velasquez, Carlos. 2022. "Japan's international cooperation to Latin America and the Caribbean in the changing development landscape". *Estudios Internacionales*, 54(201), 89-123. Chile.

RESUMO

Este artigo analisa e compara as abordagens de cooperação para o desenvolvimento promovidas pelo Japão, China e Coreia do Sul no que diz respeito à região da América Latina e do Caribe no período pós-2015. O estudo aplica os marcos analíticos de Lancaster (2007) — instituições, ideias, interesses e organizações — e Kragelund (2019) — vetores —, baseando-se na análise qualitativa de fontes primárias e secundárias.

Os resultados indicam que, embora a abordagem de cooperação de cada país tenha suas próprias características — por exemplo, o Japão e a Coreia do Sul são membros da OCDE, enquanto a China é uma praticante da cooperação Sul-Sul — os três priorizam a cooperação financeira em relação a outras formas de engajamento.

PALAVRAS-CHAVE

Japão, China, Coreia do Sul, América Latina e Caribe, Cooperação para o Desenvolvimento

*Recebido em 2 de fevereiro de 2024
Aprovado em 15 de outubro de 2025*

Traduzido por Cássio D. Monteiro D'Ávila